



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

E-ISSN 2316-3828

DOI-10.17564/2316-3828.2018v6n2p45-52

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO: DIÁLOGO POSSÍVEL E NECESSÁRIO

SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND EDUCATION: POSSIBLE AND NECESSARY DIALOGUE

DESARROLLO SOSTENIBLE Y EDUCACIÓN: DIÁLOGO POSIBLE Y NECESARIO

Leonardo Nunes Santana¹

RESUMO

O propósito deste artigo é relacionar Desenvolvimento Sustentável e Educação. Inegavelmente, os questionamentos e abordagens sobre sustentabilidade nunca estiveram tão evidentes quanto nos dias atuais e, assim, em face de essa visibilidade, a educação surge como mola propulsora para a construção de um futuro sustentável. O discurso e as relações entre educação e desenvolvimento sustentável ainda são pouco conhecidos e disseminados. O presente artigo pretende assinalar a emergência da educação na promoção da sustentabilidade e ampliação de seus horizontes a partir de discussões,

publicações e propostas resultantes de congressos e conferências em âmbito mundial e local. Os conceitos referentes ao estudo, bem como os elementos pertinentes às relações entre Desenvolvimento Sustentável e Educação são reflexões teóricas parciais, embasadas em trabalhos já publicados sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento. Sustentabilidade. Educação.

ABSTRACT

The purpose of this article is to relate Sustainable Development and Education. Undeniably, the questions and approaches on sustainability have never been so evident as in the present day and, thus, in the face of this visibility, education emerges as the driving force for the construction of a sustainable future. The discourse and the relations between education and sustainable development are still little known and disseminated. The present article aims to highlight the emergency of education in the promotion of the sustainability and the expansion of its horizons from discus-

sions, publications and proposals resulting from congresses and conferences on local and world levels. The concepts relating to the study, as well as the elements relevant to the relations between Sustainable Development and Education are partial theoretical reflections based on previously published works on the subject.

KEYWORDS

Development. Sustainability. Education.

RESUMEN

El propósito de este artículo es relacionar el Desarrollo Sostenible y la Educación. Sin lugar a dudas, los cuestionamientos y planteamientos de sostenibilidad nunca han sido tan evidentes como en los días actuales y, así, frente a esta visibilidad, la educación surge como resorte propulsor para la construcción de un futuro sostenible. El discurso y las relaciones entre la educación y el desarrollo sostenible son aún poco conocidos y generalizados. El presente artículo pretende señalar la emergencia de la educación en la promoción de la sostenibilidad y la ampliación de sus horizontes a partir de

discusiones, publicaciones y propuestas resultantes de congresos y conferencias en el ámbito mundial y local. Los conceptos referentes al estudio, así como los elementos pertinentes a las relaciones entre el Desarrollo Sostenible y la Educación son reflexiones teóricas parciales, basadas en trabajos ya publicados sobre la temática.

PALABRAS CLAVE

Desarrollo. Sostenibilidad. Educación.

1 INTRODUÇÃO

Os debates em torno das múltiplas questões que envolvem a relação entre Desenvolvimento Sustentável (DS) e Educação ganham cada vez mais espaço no panorama político e educacional em todo mundo. Ao longo do século XX, presenciaram-se significativas mudanças nos valores culturais, econômicos e sociais, entre elas, a conscientização ecológica e a sensibilização do ser humano frente às questões coletivas de interesse de todos os cidadãos.

Não obstante, as novas perspectivas que perpassam essa relação vislumbram a educação como protagonista na formação de cidadãos críticos, capazes de intervir de forma crítica, ética e democrática nos problemas globais.

Sem dúvida, o progresso do conhecimento, além de transformar as relações socioculturais, provoca um movimento em favor da superação de inúmeros entraves que configuram a crise de sustentabilidade. Portanto, enquanto fenômeno em evidência, as interações entre DS e Educação colocam a problemática socioambiental em posição de destaque.

As interações estabelecidas entre DS e educação ganham inicialmente visibilidade e abrangência a partir do momento em que se firmam nas discussões e publicações resultantes de conferências em âmbito local e mundial.

No entanto, a importância da educação voltada para o desenvolvimento e, mais especificamente para a sustentabilidade, é fortalecida no lançamento da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e gerenciada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Segundo o relatório da UNESCO (2005), a Educação para o Desenvolvimento Sustentável foi delineada para atender a uma educação restrita apenas à sustentabilidade. Todavia, influenciada pela Agenda 21 e a Rio-92, além da produção de conhecimentos, passou a direcionar seu foco para a preparação e envolvimento dos diversos atores sociais na caminhada em busca de um mundo sustentável (BRASIL, 2001b).

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO

Dentre os diversos temas que provocam discussões na sociedade contemporânea, a educação e o Desenvolvimento Sustentável emergem com crescente visibilidade ao longo do século XX. Esse século presenciou fortes e danosos impactos da atuação do homem na natureza, desencadeando debate sobre a necessidade de se rever a forma de ver a natureza e o modo de com ela se relacionar.

Sabe-se que, apesar dos avanços científicos, está-se longe de adotar, a contento, práticas sustentáveis que possam satisfazer as necessidades e os anseios das populações sem comprometer as gerações futuras. Por esse motivo, DS tem sido tema de inúmeros estudos em várias áreas, especialmente naquelas que integram as ciências humanas e sociais.

Imbricado em inumeráveis questões, historicamente o DS é marcado por múltiplas interpretações, que produzem diversas possibilidades analíticas, na medida em que surge de discurso que defende a reorientação das ações humanas em relação à exploração dos recursos ambientais e que não há consenso sobre o termo, pois as ideias dos diferentes atores que se ocupam a discutir o tema variam de acordo com sua forma de ver e interpretar o mundo e de acordo com seus focos de interesse. As ideias que os indivíduos possuem sobre sustentabilidade variam, porquanto são orientadas por posições políticas e ideológicas (GUIMARÃES; TOMAZELLO, 2004).

O DS tem sido tema de debates crescentemente frequentes e contundentes nas últimas décadas. Todavia, as questões pertinentes ao tema não são muito recentes. Estudos relatam que grande parte das calamidades provenientes da relação homem com a natureza, de que, aliás, ele é parte integrante, tiveram início na Revolução Industrial, ocorrida já nas primeiras décadas do século XIX.

Vale registrar que naquela época a ideia principal era promover melhoria da qualidade de vida da população por meio do desenvolvimento econômico, inde-

pendentemente dos danos infligidos ao ambiente. As consequências como não poderiam deixar de acontecer, foram nefastas: poluição, desperdício de recursos naturais, degradação ambiental, entre tantos outros malefícios. Apenas no século XX as questões socioambientais começaram a ser objeto de estudo e debate, inicialmente com tomada de consciência de que os recursos naturais são limitados e de que seu esgotamento é realidade concreta.

Foi nesse contexto que, em meados da década de 1980, o termo Desenvolvimento Sustentável foi inscrito no relatório de Brundtland (1987), elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), vindo seu uso a ser consagrado nos documentos e eventos subsequentes.

Embasado, obrigatoriamente, na conjunção de três pilares: econômico, ambiental e social, o DS se apoia nos modos de vida viáveis em longo prazo para o meio ambiente, propondo mudanças de comportamento e de hábitos dos cidadãos, relativamente ao consumo e à produção.

É somente a partir do relatório de Brundtland (1987) que o debate em torno das relações estabelecidas entre estilos de desenvolvimento e qualidade dos sistemas naturais dá sinais de estar avançando para novo patamar, de crescente e maior atenção e racionalidade. Independentemente das posições políticas dos membros da Comissão e dos países e instituições por eles representadas, o conteúdo do Relatório esboça nova visão, centrada na satisfação das necessidades básicas, na solidariedade para com as gerações futuras, na participação da população envolvida, na preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral e na elaboração de um sistema que garanta respeito a outras culturas e programas de educação (FERREIRA, 1998, p. 105).

O conceito de DS, que não alcançou ainda unanimidade, vai-se aperfeiçoando na medida em que os debates avançam e ações se concretizam. Segundo o Relatório Nosso Futuro Comum (1991, p. 4): “Desenvolvimento Sustentável é um novo tipo de desenvol-

vimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo”. “Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (RELATÓRIO..., 1991, p. 46), e ainda:

Em essência o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas. (RELATÓRIO..., 1991, p. 49).

Como se pode observar, ainda que imersos em múltiplas contradições e dissensos, desenvolvimento e crescimento econômico caminham lado a lado, limitados pelas condições que a natureza oferece. Qualidade de vida e desenvolvimento humano são hoje, unanimemente, referências essenciais do DS, o que implica ele não poder deixar de considerar aspectos como pobreza, cultura, política, educação e satisfação das necessidades básicas (habitação, alimentação, educação, saúde...) de todos os seres humanos e, por consequência, respeito à vida e aos limites da natureza.

3 SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO

Vivemos período de crise jamais enfrentado por uma sociedade humana, o que, mais que convergência de ideias, provoca atritos e confrontos entre seres humanos e destes com o meio natural, ampliando os problemas de ordem socioambiental. Essa percepção impõe a necessidade de repensar a forma de ser e de agir da humanidade.

Nesse contexto, o principal instrumento para modificar a trajetória da humanidade é tornar efetivamente sustentável, em todas as dimensões, o desenvolvimento, o que implica, necessariamente, o

aprimoramento das relações e do diálogo entre sustentabilidade e educação.

A educação constitui, indubitavelmente, um dos pilares de sustentação de um novo projeto de desenvolvimento, uma vez que a ela cabe fomentar a construção e difusão de valores que estimulem, promovam e consolidem novos comportamentos na relação homem – natureza, na linha do proposto em “Educação: um tesouro a descobrir”:

Uma das principais funções reservadas à educação consiste, antes de tudo, em prover a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve de fato, fazer que cada um tome nas mãos o seu destino e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação dos indivíduos e das comunidades. (DELORS et al., 2012, p. 67).

A educação, se e quando compartilhar efetivamente o discurso da sustentabilidade e com ela dialogar, ensejará, certamente, o surgimento de nova visão de mundo, mais equitativa e capaz tornar efetiva a sustentabilidade do desenvolvimento.

Pode-se afirmar com segurança que, parafraseando Paulo Freire, se a educação sozinha não promove o desenvolvimento assentado em sustentabilidade, sem ela a sustentabilidade estará com certeza ausente do desenvolvimento em qualquer de suas dimensões.

4 OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE

O discurso da sustentabilidade em âmbito educacional transita, desde cedo e de preferência até nos organismos internacionais, especialmente organizações e agências das Nações Unidas e Banco Mundial, empenhados a seu modo, com visões, discursos e ações nem sempre convergentes, na construção de um mundo sustentável.

A profusão de ideias converge fortemente para as conferências e documentos da UNESCO, sob o enten-

dimento de que a sustentabilidade se refere às maneiras de se pensar o mundo e as formas de prática pessoal e social que contribuem para a construção de um indivíduo ético, concepção que sugere a emergência de uma sociedade estruturada em torno de compromissos coletivos, instituições participativas e justas, e práticas ambientais que valorizem os processos ecológicos de apoio à vida.

Percebe-se que, para esse órgão, a prioridade é transformação individual. Nessa direção, o indivíduo será o principal ator no processo de mudança, ou seja, pressupõe que a educação desempenhe papel-chave ao “inspirar a crença que cada um de nós tem o poder e a responsabilidade de introduzir mudanças positivas em escala global”. A educação deve contemplar, em sua essência, a missão de embutir “valores, comportamentos e estilos de vida necessários para um futuro sustentável” (UNESCO, 2005, p. 44).

Ainda segundo a UNESCO (2005, p. 43):

A educação constitui o pilar central das estratégias para promover e enraizar os valores e comportamentos que o desenvolvimento sustentável exige. Como alguns pensadores assinalaram: “necessita-se de uma educação transformadora: uma educação que contribua a tornar realidade às mudanças fundamentais exigidas pelos desafios da sustentabilidade. Para acelerar o progresso em direção à sustentabilidade é necessário tornar as relações entre os seres humanos e o mundo natural mais calorosas e afetuosas, e buscar formas de desenvolvimento ambientais e sociais mais responsáveis”. A educação nos habilita como indivíduos e como comunidades a compreendermos a nós mesmos e aos outros e as nossas ligações com um meio ambiente social e natural de modo mais amplo.

É oportuno ressaltar que atualmente, não apenas a UNESCO, mas praticamente todos os organismos internacionais aos quais afeta a temática do meio ambiente e da sustentabilidade consideram a educação fator decisivo para o desenvolvimento do indivíduo e para as transformações da sociedade, atribuindo a ela a responsabilidade e a competência pela formação de seres humanos éticos, capazes de atuar criticamente na construção de uma sociedade justa e igualitária.

O ponto chave da concepção de que a educação é relevante, indispensável para a promoção da sustentabilidade, consiste em, por meio dela, criar e aplicar conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitem ao indivíduo adaptar-se não apenas às exigências do mundo de trabalho, mas a todas as dimensões individuais e coletivas do ser humano. Essa linha de pensamento a registrou Delors em “Educação: um tesouro a descobrir”:

A educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. Ao terminar os seus trabalhos a Comissão faz, pois, questão de afirmar a sua fé no papel essencial da educação no desenvolvimento contínuo, tanto das pessoas como das sociedades. [...] como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras... (DELORS, 2012, p. 11).

5 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AVANÇO DA EA NAS IES

As políticas de Educação Ambiental (EA) no Brasil, após anos de luta dos ambientalistas e da sociedade civil, começaram a ganhar reconhecimento no cenário nacional na década de 1990. A partir daí, ampliaram-se as discussões sobre a inserção do conceito de sustentabilidade para além das fronteiras empresariais, com direcionamento de esforços para o âmbito da educação.

Esse avanço se consolidou por meio da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Essa institucionalização estabeleceu, no Brasil, vínculo formal entre educação e sustentabilidade, e culminou processo iniciado na edição da Lei de nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental (DCNEA), a serem aplicadas em todas as escolas e instituições de ensino do País.

O fato é que as discussões sobre sustentabilidade não são mais excluídas do segmento educacional e, por essa razão, a educação brasileira vem crescentemente buscando com ela ampliar o diálogo e estreitar as relações.

Sabe-se hoje que, para a consecução de sustentabilidade efetiva, não bastam políticas e leis, delineando diretrizes e determinando obrigações, precisa-se, de fato, de que as instituições de ensino e educação de todos os níveis, inclusive e especialmente as Instituições de Ensino Superior (IES), se engajem em ações educativas concretas.

Assentada sobre os pilares ensino, pesquisa e extensão, a educação superior brasileira, no contexto atual, assume de forma crescente papel fundamental na construção de novas ideias e quebra de paradigmas no que tange à sustentabilidade. O ambiente acadêmico está se tornando espaço privilegiado para reflexões e vivências e, sobretudo, para o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade, que permeiam a gestão, os projetos de extensão e as diversas disciplinas que compõem o currículo acadêmico.

Não obstante os significativos avanços é necessário que as IES continuem incorporando novos procedimentos administrativos, curriculares e acadêmicos, visando à busca interminável do desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, Marcomin e Silva (2009, p. 106) ressaltam:

É de esperar também que o processo de sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância da sustentabilidade – uma temática que permeia a diversidade de disciplinas e práticas acadêmicas – seja acompanhado de uma gestão adequada, com plena cooperação entre as diversas instâncias e órgãos institucionais, entre decisores e funcionários, docentes e discentes. Se a educação é considerada um dos desafios mais importantes da humanidade para o século XXI (UNESCO, 1999), a inserção das questões ambientais no processo educativo constitui um desafio adicional e inerente.

Embora idealizadas apenas como instituições promotoras do conhecimento profissional, as IES contemporâneas devem promover e apoiar a inclusão social, a conduta ética e a cidadania, contribuindo

para ampliação e aprofundamento do diálogo e das relações entre educação e sustentabilidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a preocupação com a sustentabilidade vem ganhando espaço em vários segmentos da sociedade, entre os quais a educação, que, crescentemente, vem assumindo papel de protagonista na propagação de conceitos e aplicação de práticas de sustentabilidade.

É oportuno mencionar que, devido a seu caráter transversal e multidisciplinar, o diálogo entre educação e sustentabilidade contribui efetivamente exercício de construção da consciência ecológica.

Pode-se afirmar, com plena convicção, que a educação é a base para transformação do ser humano e que por intermédio do aumento e melhoria do diálogo entre ela e a sustentabilidade é que se conseguirá formar profissionais e cidadãos capazes de perceber e repensar o mundo, incorporando soluções sustentáveis em suas decisões.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Políticas para desenvolvimento sustentável. In: BRASIL. Art. 11. **Competências da secretaria de política para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://mma.gov.br>>. Acesso em:

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. (Org.). **Pensar o ambiente**: bases filosóficas para a educação ambiental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009;

CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DELORS, Jacques. **Educação**: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FERREIRA, I.C. Desenvolvimento, sustentabilidade e políticas públicas. In: **A questão ambiental – sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 1998. p.101-109.

GUIMARÃES, S.S.M.; TOMAZELLO, M.G.C. Avaliação das idéias e atitudes relacionadas com a sustentabilidade: metodologia e instrumentos. **Ciência & Educação**, v.10, n.2, p.173-183, 2004.

HERCULANO, S.C. Do desenvolvimento (in)sustentável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Ecologia, ciência e política**: participação social, interesses em jogo e luta de idéias no movimento ecológico. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p.9-48.

LOUREIRO, Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe. **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável**, 2005 – 2015: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília, 2005.

UNESCO/IBAMA. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: IBAMA, 1999.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Meio ambiente e desenvolvimento.** 3.ed. São Paulo: SINAC – São Paulo, 2009.

Recebido em: 25 de Outubro de 2017
Avaliado em: 26 de Novembro de 2017
Aceito em: 3 de Dezembro de 2017

1 Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Pós Graduação em Marketing Empresarial Pessoal e Político e Bacharel em Design Gráfico pela Universidade Tiradentes. Atuou durante 13 anos como designer e desenhista 3D no departamento de Arquitetura e Engenharia da PCL - Projetos e Construções Ltda. Atualmente é Professor Adjunto I da Universidade Tiradentes nos cursos de graduação em Design Gráfico, Design de Interiores, Arquitetura, Engenharia, e na pós graduação em representação de projetos em 3D. É membro titular do colegiado do curso de Design Gráfico e do NDE - Núcleo Docente Estruturante da mesma instituição. Tem ampla experiência na área de Consultoria e Treinamento em CG Aplicada ao Design e Arquitetura. Sua área de conhecimento é: Comunicação, Ciências Humanas e Sociais, com ênfase em Design. Concomitantemente com estas áreas, atua como conteudista no Núcleo de Educação a Distância - UNIT e com pesquisas concernentes a Educação, Responsabilidade Social, Sustentabilidade, Marketing, e Gestão em Design.
E-mail: lmaquetes@hotmail.com